

SUMÁRIO

1

INTRODUÇÃO 15

- 1.1. Fomento cultural para quem transforma cacos em flores..... 15
- 1.2. Contexto político e normativo..... 20
- 1.3. Origem, objetivos e público-alvo 23

2

FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS 27

- 2.1. Direitos culturais entre os direitos humanos fundamentais..... 27
- 2.2. A cultura como política pública..... 30
 - 2.2.1. Proteção do patrimônio cultural e articulação federativa 30
 - 2.2.2. O direito financeiro da cultura a partir da Constituição 32
- 2.3. O Sistema Nacional de Cultura 33

3

FOMENTO PÚBLICO 37

- 3.1. Definições e base normativa da atividade de fomento..... 37
- 3.2. O fomento à cultura na Constituição 39
- 3.3. A crítica aos modelos predominantes de fomento à cultura no Brasil.. 40
- 3.4. Principais leis de fomento à cultura 42
 - 3.4.1. Lei Rouanet..... 42
 - 3.4.2. Lei do Audiovisual 43
 - 3.4.3. Política Nacional de Cultura Viva..... 46
 - 3.4.4. A legislação de fomento após a pandemia da COVID-19..... 47

4

MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA (MRFC) 49

4.1. Decreto 11.453/2023: um piloto do MRFC	49
4.2. O MRFC como expressão de um direito administrativo da cultura.....	51
4.3. Âmbito federativo e impositividade da lei.....	51
4.3.1. Controvérsias iniciais	53
4.4. Regulamentação subnacional	54
4.5. Possibilidades de aplicação combinada dos regimes de fomento cultural.....	55
4.6. PNAB e MRFC.....	57
4.7. MROSC e MRFC	58
4.8. Leis estaduais e MRFC: dois exemplos.....	59
4.9. Alcance entre os órgãos e entidades de todos os Poderes.....	60
4.10. Definições legais.....	60
4.10.1. Ação cultural.....	61
4.10.2. Agente cultural	62
4.10.3. Instrumentos	64
4.10.4. Plataformas eletrônicas.....	65
4.10.4.1. Possibilidades de inovação tecnológica	65
4.10.5. Liberdade de expressão e laicidade estatal.....	66
4.10.6. Procedimento de manifestação de interesse cultural	68
4.10.7. Capacitação.....	69
4.11. Chamamento público.....	70
4.11.1. Formas de seleção	70
4.11.2. Dispensa e exigência de chamamento	70
4.11.3. Procedimentos	71
4.11.4. Planejamento	72
4.11.5. Processamento	74
4.11.6. Celebração	75
4.11.7. Habilitação jurídica proporcional	76
4.11.8. Restrições de participação.....	77
4.11.9. Escopo plurianual dos instrumentos	78

4.11.9.1. MRFC e a gestão de equipamentos públicos culturais por entidades do terceiro setor.....	78
4.12. Procedimentos por instrumento	80
4.12.1. Instrumentos com repasse de recursos públicos	80
4.12.1.1. Termo de Execução Cultural.....	80
4.12.1.2. Termo de Premiação Cultural.....	83
4.12.1.3. Termo de Bolsa Cultural	83
4.12.1.4. Aspectos tributários dos instrumentos com repasse de recursos públicos.....	84
4.12.2. Instrumentos sem repasse de recursos.....	87
4.12.2.1. Termo de Ocupação Cultural.....	87
4.12.2.2. Termo de Cooperação Cultural.....	89
4.13. Monitoramento e controle.....	90
4.14. Prestação de contas pelo objeto	91
4.14.1. A prestação de contas conforme o instrumento pactuado ...	93
4.14.2. A prestação de contas do Termo de Execução Cultural.....	94
4.14.3. A disciplina sancionatória	95
4.15. Adequação aos distintos modelos públicos ou privados de financiamento da cultura.....	97
4.15.1. Captação de recursos privados sem incentivos.....	98
4.16. Direito intertemporal e transição de normas	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	103